

Proposta para a dívida ^{Externa} inclui venda de estatais

Embaixador Dauster diz que bancos poderão converter créditos para privatizações

JOCIMAR NASTARI

BRASÍLIA — O Brasil propôs aos bancos credores internacionais o pagamento, em 1991 e 1992, de parte dos US\$ 8 bilhões de juros atrasados de junho do ano passado até hoje. Acenou ao Comitê Interino dos Bancos credores com a conversão da dívida externa em investimentos ou sua utilização na compra de empresas estatais, dentro do processo de privatização. As informações foram dadas ontem pelo embaixador extraordinário da dívida, Jório Dauster, durante longa entrevista em que explicou a reunião da missão técnica brasileira, na semana passada, em Nova York, com o Comitê dos Bancos.

Dauster informou que hoje será definida a data da chegada ao País da missão técnica dos bancos credores que recolherá mais dados sobre a proposta de refinanciamento da dívida, apresentada na semana passada. Apenas depois desse levantamento de informações é que o Brasil e os bancos deverão marcar nova reunião, esclareceu o embaixador.

Os negociadores da dívida mostram-se tranquilos diante das reações de incredulidade dos bancos internacionais à proposta de renegociação brasileira. Dauster classificou as reações como naturais. "É assim mesmo", disse. "Os diretores dos bancos estão pensando nos seus empregos e no recebimento de dinheiro para equilibrar o próximo balancete trimestral." Ele acrescentou não temer um confronto com os credores. "A negociação é a única saída", explicou.

Dauster informou que o Brasil pediu aos bancos credores um empréstimo-ponte de US\$ 8 bilhões, a ser utilizado no pagamento integral dos juros atrasados desde junho de 1989. Assim, o Brasil assumiria nova dívida com o mesmo valor daquele total, que seria incorporado ao processo de refinanciamento do principal devido pelo setor público, de US\$ 51 bilhões.

O embaixador explicou que a maior parte da dívida de US\$ 8 bilhões se somaria aos US\$ 51 bilhões convertidos em novos títulos de longo prazo (de até 45 anos). Mas outra parcela da dívida seria paga em 1991 e 1992, talvez sob a forma de novo papel, segundo Dauster.

O pagamento antecipado estaria dentro do teto de pagamento definido para o Brasil nos próximos

dois anos, disse. Essa capacidade de pagamento cobriria também os resgates dos títulos de até 45 anos, sob a forma de leilões ou de sorteios públicos internacionais.

PRIVATIZAÇÃO

Dauster e o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, revelaram que, dentro de pouco tempo, o governo brasileiro definirá as regras de participação de capital estrangeiro no processo de privatização federal. Com essas regras, o País detalhará aos bancos uma proposta apresentada rapidamente em Nova York, ao Comitê Interino, e que também relacionou a conversão da dívida em investimentos. A conversão está suspensa desde o final do ano passado.

O embaixador explicou que o País permitiria a utilização de todos os novos títulos da dívida na privatização e na conversão em investimentos.

Segundo Dauster, os papéis seriam transformados em pagamento de empresas estatais ou seriam convertidos em investimentos por meio de leilões. Por este mecanismo, os bancos ou portadores de títulos da dívida brasileira apresentariam lances de descontos em relação ao valor original dos papéis.

☐ *Leia a íntegra da proposta brasileira na página 4*



José Paulo Lucerda/AE

Dauster: "Os diretores dos bancos estão pensando nos seus empregos"

CVM tem 90 dias para se instalar em Brasília

PÁGINA

4

Washington corre novo risco de parar

PÁGINA

8

Pérsico Pizzamiglio e Citro-Pectina pedem concordata

PÁGINA

6